

**AO JUÍZO DO \_\_\_\_ JUIZADO ESPECIAL DE FAZENDA PÚBLICA  
DO CIDADE**

**FULANO DE TAL**, brasileira divorciada, doméstica, RG nº XXXXX SSP/DF, CPF nº XXX, residente e domiciliada no endereço CEP n: xxxx, telefone: xxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx, vem, respeitosamente, propor:

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER  
c/c TUTELA DE URGÊNCIA**

em desfavor do **Departamento de Trânsito do x - DETRANx**, localizado no ENDEREÇO, CNPJ; TELEFONE; E-MAIL e **FULANO DE TAL**, brasileiro, divorciado, ladrilheiro, RG nº XXXX SSP/DF, CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado no ENDEREÇO, CEP nº XXXXXX, telefone: XXXXXX, e-mail: XXXXXX pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos.

**I - DOS FATOS**

A autora foi casada com o Sr. **FULANO DE TAL**.

Contudo, no ano de ANO se separaram.

Ocorre que no processo de divórcio nº XXXXXX, tramitado na Xª Vara de Família de Brasília, ficou estabelecido que a requerente passasse a posse do veículo, XXXXXXXXXXXX, após quitado, ao Sr. XXXX, e a partir da data XXXXXX o veículo pertenceria ao seu ex-marido, devendo-o arcar com as eventuais multas e tributos advindos do carro,

conforme cópia do processo, em anexo. O veículo ficou com o requerido desde a data estipulada na audiência, qual seja, DATA.

Outrossim, o Sr. FULANO deixou de arcar com as custas referentes ao veículo desde a data estipulada pelo juiz. Dessa forma, o carro encontra acumulando dívidas, e este se recusa a transferir a posse do carro para seu nome.

Ademais, a autora procurou o DETRAN para efetuar a transferência do automóvel e da pontuação na carteira, contudo não obteve êxito. Por este motivo, vem, por intermédio deste, requerer a transferência da multa e da pontuação para o atual proprietário do automóvel.

Cabe ressaltar, que foi enviado ofício (SEI XXXXXXXX) para o Detran, copia anexa, porém, sem sucesso.

As dívidas do veículo que estão no nome da autora, as quais pertencem ao réu, Sr. FULANO, em razão da decisão judicial do referido divórcio são as seguintes:

**Licenciamento**

Total de Débitos de Licenciamento: X R\$

Ano	Vencim ento	Valor R\$	Mul ta R\$	Mora R\$	Outro s R\$	Pago R\$	Total R\$
-----	----------------	--------------	------------------	-------------	----------------	-------------	-----------

### **Infrações**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Valor c/ desconto R\$</b>	<b>Detalha/Emite</b>
<b>Total em Multas</b>				

### **IPVA**

Até o presente momento a CNH da Autora registra X pontos.

Destaca-se que a requerente usa sua CNH para realizar suas atividades laborais.

Diante da negativa do Réu de não transferir a responsabilidade pelas infrações cometidas, não resta alternativa à Autora senão procurar o Poder Judiciário para salvaguarda de seus direitos.

## **II - DO DIREITO**

Inicialmente cumpre observar a determinação do CTB, nestes termos:

Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código.  
[...]

**§ 3º Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.** (destacamos)

Assim, sendo as multas relacionadas à condução do veículo pelo atual proprietário, devem estas ser atribuídas a ele, que efetivamente estava na direção do veículo, não cabendo à Autora ser responsabilizada.

Em conformidade com o art. 37, caput, da CF, os atos da Administração Pública devem atender ao princípio da legalidade, o que no caso em tela não foi respeitado.

Observe-se, ainda, que segundo entendimento pacífico do egrégio STF, a própria Administração Pública poderia anular seus atos, o que não ocorreu.

**Enunciado da Súmula 473 A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.** (destacamos)

### **III - DA TUTELA DE URGÊNCIA**

O art. 300 do CPC prevê a possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela de urgência. No presente caso, estão presentes os requisitos necessários à concessão, a saber, a verossimilhança da alegação e o perigo da demora.

É indiscutível que à Autora não cometeu as infrações, ou seja, não há motivos plausíveis para que seja responsabilizada.

Também é possível constatar que há fundado receio de perigo na demora, pois a Requerente utiliza sua CNH para realizar atividades laborais, bem como, em decorrência dessas dívidas, está com seu nome no cadastro de pessoas inadimplentes.

Assim, caso o provimento da demanda somente ocorra no final, a decisão poderá ser ineficaz e prejudicar à Autora.

Portanto, estão presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência.

#### **IV - DO PEDIDO**

Ante o exposto requer:

a) os benefícios da justiça gratuita, conforme declaração anexa;

b) a concessão da tutela de urgência, sem a oitiva da parte contrária, de modo a determinar ao DETRAN/X transfira as multas, e demais débitos, além do veículo sub judice, vinculadas à Autora, para o Sr. **FULANO DE TAL**, ou sucessivamente, suspender a cobrança dos débitos, até decisão final do processo;

b) a citação dos réus para que, caso queiram, compareçam à audiência de conciliação ou mediação, na qual a Autora concorda, e caso reste infrutífero o acordo, que apresentem resposta no prazo legal, sob pena de se sujeitarem aos efeitos da revelia;

c) a procedência do pedido, confirmando-se a tutela de urgência, e obrigando-se definitivamente o Réu DETRAN a transferir as multas, e demais débitos, além do veículo sub judice, para o Sr. **FULANO DE TAL, desde o dia da tradição, qual seja DATA;**

**d) a condenação dos requeridos em custas e honorários a serem revertidos ao PRODEF.**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelo documental e pelo depoimento pessoal da Autora.

Dá-se á causa o valor de R\$ X.

Nesses termos, pedem deferimento.

CIDADE/DATA.

---

**FULANA DE TAL**  
REQUERENTE

---

**FULANA DE TAL**  
ESTAGIÁRIA DP/DF

---

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO DO DF